



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
GABINETE DA REITORIA

Rua do Rouxinol,115 - Bairro do Imbuí - CEP: 41720052 - Salvador-BA

E-mail: gabinete@ifbaiano.edu.br

**CONTINUAÇÃO DA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE DIRIGENTES
DO
INSTITUTO FEDERAL BAIANO**

1 Aos dezanove dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, às oito horas, na sala de
2 Reuniões da Reitoria, localizada na Rua do Rouxinol, número cento e quinze, bairro Imbuí,
3 Salvador – Bahia, reuniram-se: reuniram-se: o **Senhor Denilson Santana Sodrê dos Santos**,
4 Reitor Substituto; o **Senhor Ariomar Rodrigues dos Santos**, Diretor Geral *Pró-Tempore* do
5 *Campus* Bom Jesus da Lapa; o **Senhor Osvaldo Santos de Brito**, Diretor Geral do *Campus* Catu; a
6 **Senhora Manoela Falcon Silveira**, Diretora Geral *Pró-Tempore* do *Campus* Governador
7 Mangabeira; o **Senhor Roberto Carlos Santana Lima**, Diretor Geral do *Campus* Guanambi; a
8 **Senhora Lizziane da Silva Argolo**, Diretora Geral *Pró-Tempore* do *Campus* Itapetinga; o **Senhor**
9 **Nelson Vieira da Silva Filho**, Diretor Geral do *Campus* Santa Inês; o **Senhor Aécio José Araújo**
10 **Passos Duarte**, Diretor Geral do *Campus* Senhor do Bonfim; o **Senhor Marcelito Trindade**
11 **Almeida**, Diretor Geral *Pró-Tempore* do *Campus* Teixeira de Freitas; o **Senhor Euro Oliveira de**
12 **Araújo**, Diretor Geral *Pró-Tempore* do *Campus* Uruçuca; o **Senhor Francisco Harley de Oliveira**
13 **Mendonça**, Diretor Geral *Pró-Tempore* do *Campus* Valença; o **Senhor Itamar Antônio Cardoso**
14 **Costa Júnior**, Diretor Geral *Pró-Tempore* do *Campus* Serrinha, o **Senhor Sílvio Pereira Góis**,
15 Diretor Geral *Pró-Tempore* do *Campus* Itaberaba, o **Senhor Diego Aquino Nogueira**, Diretor Geral
16 *Pró-Tempore* do *Campus* Xique-Xique, o Senhor José Alberto Alves de Souza, Pró-Reitor de
17 Desenvolvimento Institucional, o **Senhor José Alberto Alves de Souza**, Pró-Reitora de
18 Desenvolvimento Institucional, a **Senhora Kelly Cristina Brito de Jesus**, Pró-Reitora de
19 Desenvolvimento Institucional Substituta; a **Senhora Rita Vieira Garcia**, Pró-Reitora de Extensão;

20 a **Senhora Hildonice de Souza Batista**, Pró-Reitora de Ensino Substituta; o **Senhor Delfran**
21 **Batista dos Santos**, Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação; o **Senhor José Virolli Chaves**, Pró-Reitor
22 de Planejamento e Administração, a **Senhora Rosilene Alves da Silva**, Diretora de Gestão de
23 Pessoas; o **Senhor Saulo Leal dos Santos**, Diretor de Gestão da Tecnologia da Informação. O
24 **Professor Denilson** inicia os trabalhos saudando a todos(as) dando continuidade à pauta; **Plano de**
25 **Desenvolvimento Institucional e Planejamento Estratégico 2015**. O **Professor Alberto** informa
26 que vai falar sobre alguns assuntos e o principal deles é o Plano de Desenvolvimento Institucional –
27 PDI; destaca que os prazos estão bastantes atrasados e que o cronograma não foi cumprido. Destaca
28 que distribuíram algumas planilhas, mas alguns Campi responderam tardiamente e outros nem
29 responderam o que impactou na discussão que fariam com as Pró-Reitorias e as Diretorias
30 Sistêmicas, no sentido de formatar a proposta final do Planejamento Estratégico - PE. Serão tratados
31 alguns pontos do PDI e a Senhora Kelly apresentará principalmente do **Planejamento Estratégico**
32 **2015** que depende do Instituto como todo, pois os outros itens serão discutidos internamente com as
33 Pró-Reitoria (PRODI, PROPES, PROEN E PROEX). Registra que quatro Campi apresentaram a
34 proposta no mês de outubro, três Campi apresentaram as propostas no tempo razoável para
35 discussão e outros três não apresentaram. Informa que disponibilizou para acompanhamento do
36 Colegiado o arquivo em “doc”, no qual o conteúdo é o mesmo, apenas com uma pequena ressalva
37 que será informado pela Senhora Kelly. A **Senhora Kelly** inicia a apresentação dizendo que o
38 Planejamento Estratégico é um dos elementos mais importantes do PDI junto ao Projeto Pedagógico
39 Institucional que trata de toda a parte pedagógica institucional e o Planejamento Estratégico trata do
40 planejamento macro institucional, onde serão colocados todos os objetivos e as intenções da
41 Instituição para os próximos cinco anos que serão apresentados para discussão dado o contexto que
42 o Professor Alberto mencionou. Explica que o Planejamento Estratégico tem uma duração de quatro
43 a cinco anos e como ele está como elemento do PDI e colocado pelo Decreto que disciplina o PDI,
44 o PE do IF Baiano tem a mesma duração: cinco anos. A formulação do Planejamento Estratégico
45 2015-2019 começou a ser gestada em julho de 2013, em uma reunião do Colégio de Dirigentes que
46 ocorreu em Guanambi. Algumas questões foram consideradas, desde que foi elaborado o primeiro
47 PDI em 2010 e houve uma necessidade de se pensar uma metodologia que pudesse aferir os
48 resultados, para responder à sociedade e aos órgãos de controle. Diante disso, diz que a metodologia
49 escolhida foi o “Balance Scorecard” que é um sistema de medição de desempenho que promove o
50 Planejamento Estratégico trabalha, prioritariamente, sobre quatro perspectivas (resultado:
51 estudantes e sociedade; processos internos; pessoas e do conhecimento; orçamentária e logística)
52 que não são engessadas e que podem ser modificadas e que foi adequado ao IF Baiano. Foi
53 elaborado um mapa estratégico que é uma ferramenta que comunica a estratégia da Instituição que

54 vai proporcionar aos gestores e servidores ter um desenho da Instituição. Foram eleitos alguns
55 temas estratégicos, simples, naquilo que precisa ser atingido. Foi feito um levantamento, um
56 diagnóstico Institucional, utilizando como fontes: o Termo de Acordo e Metas e uma avaliação dos
57 objetivos estratégicos em 2011 e 2013, ainda na antiga gestão, do relatório de gestão de 2011, 2012
58 e 2013, com todas as fragilidades em relação a coleta de dados, o relatório de autoavaliação da
59 Comissão Própria de Avaliação, Relatório da Auditoria, da Controladoria Geral da União e uma
60 pesquisa institucional, realizada com os gestores estratégicos do Instituto, com recorte até a segunda
61 linha os Diretores Gerais, Administrativos e Acadêmicos, dos 44 gestores só 24 gestores
62 responderam sobre os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças interna e externamente na
63 Instituição, foi realizada uma pesquisa com discentes, docentes, técnicos, egressos e parceiros da
64 Instituição. A partir disso foram definidos cinco focos prioritários para os próximos cinco anos: a)
65 trabalhar a imagem institucional; b) investir mais em pesquisa e inovação tecnológica; c) investir
66 em inserção e intervenção social e produtiva d) investir em governança institucional e) investir em
67 gestão de pessoal. Desde então, foi elencado no modelo indicadores, metas e iniciativas para se
68 chegar ao que foi proposto. Apresenta os dezenove objetivos estratégicos (de longo
69 desenvolvimento). Desses objetivos é gerado o mapa estratégico, alinhados à missão, à visão e aos
70 valores. Destaca que senão houver o planejamento, não haverá capacidade de realização. Ressalta
71 que é preciso mensurar e aferir se estão alcançando os objetivos, então é importante que se tenha os
72 indicadores de gestão e de desempenho. Apresenta os diversos indicadores propostos e sua forma de
73 cálculo, dentre eles: índice de eficiência acadêmica, índice de retenção do fluxo escolar, ambos são
74 do Acórdão do TCU, e a relação de concluintes em relação ao total de alunos. Fala do indicador de
75 processo e demais indicadores de acordo as perspectivas apresentadas. Em referência aos
76 indicadores, o **Professor Denilson** fala sobre a necessidade de realizar um trabalho junto à PROEN
77 com vistas a divulgar / publicizar os indicadores a fim de melhorar os índices apresentados. A
78 **Senhora Kelly** esclarece que os indicadores foram extraídos do Termo de Acordo de Metas - TAM,
79 em seguida apresenta as metas globais e justifica o porquê destas metas serem mostradas
80 posteriormente aos indicadores, para medir a capacidade e o nível de alcance em relação ao
81 indicador proposto. Destaca que em 2016 o Termo de Acordo de Metas está pedindo 90% de índice
82 de eficiência acadêmica e a última mensuração estava em torno de 33%. Informa que fizeram uma
83 prospecção para melhorar esse índice que será discutido e apreciado pelo Colegiado: 55% para 2015
84 e a partir de 2017 um acréscimo de 10% por ano para chegar a 2019 com 90%. O **Professor**
85 **Alberto** explica o que a Senhora Kelly quer dizer, ou seja, que será colocado no PDI uma proposta
86 que está em desacordo com o que foi proposto, entretanto todos sabem que o TAM está sendo
87 questionado no país todo e existem metas que não possíveis de serem cumpridas e essa é uma delas.

88 Destaca que o CONIF vai precisar provocar uma revisão desse TAM. A **Senhora Kelly** fala sobre o
89 índice de retenção que está altíssimo de mais de 40% e a prospecção feita é de reduzir em 2015 para
90 30% e para os demais anos reduzir 5% a cada ano até chegar a 2019 com 10%; a relação de
91 concluintes em relação aos alunos matriculados está abaixo de 25% e prospectou 10% a cada ano
92 para chegar em 65% até 2019. O **Professor Alberto** pede para que a Senhora Kelly realize o ajuste
93 na fórmula colocando por ingressante no ano, principalmente, pelo fato das diferenças existentes
94 entre os diversos cursos, mesmo assim é preciso estudar melhor a fórmula. A **Senhora Kelly**
95 apresenta as demais tabelas e observa que os casos que estão como primeira medição é porque não
96 tem nenhuma indicação será necessário trabalhar o ano de 2015, para se ter uma ideia do que vai
97 acontecer após a primeira medição e depois estabelecer as metas para os anos seguintes. Apresenta
98 os indicadores e metas intermediárias e diz que cada coordenador e chefe imediato vai acompanhar,
99 para que possa medir uma ou duas vezes ao ano. Fala um pouco das iniciativas estratégicas,
100 extraídas das planilhas enviadas pelos Diretores(as), visualizando o planejamento estratégico como
101 instrumento de desenvolvimento. Fala das iniciativas específicas e articuladas, para a partir desse
102 momento realizar o plano de ação anual, através da técnica “5w2h” já aplicada, embora muitos não
103 percebam. Aborda, ainda, sobre a proposta de acompanhamento, monitoramento e avaliação do
104 planejamento estratégico, através do software GEPLANES . O **Senhor Saulo** diz que o
105 GEPLANES é um software livre e grátis e que já disponível na Reitoria, em análise pela DGTI e
106 PRODIN e assim que for possível, passará a credencial para aqueles que ficarão responsáveis pelas
107 informações. O **Professor Alberto** pergunta se pode realizar adaptação no software? O **Senhor**
108 **Saulo** diz que sim. A **Senhora Kelly** salienta que o objetivo é realizar todo o Planejamento
109 Estratégico através do GEPLANES. O **Professor Denilson** parabeniza a apresentação da Senhora
110 Kelly a abre para perguntas: O **Senhor Saulo** pergunta como será encaminhada a discussão, devido
111 a muitos indicadores que existem, se poderão propor as alterações nesse momento? O **Professor**
112 **Alberto** informa que a apresentação é um resumo daquilo que foi proposto em julho e que a ideia
113 era que fosse apresentado em setembro, mas não ocorreu. Informa que o tempo para discussão é
114 extremamente exíguo e que em 15/12/2014 o PDI precisa estar no sistema. A **Senhora Kelly**
115 salienta que o Planejamento Estratégico não é algo engessado e que deve ser acompanhado e
116 revisado anualmente, então deve-se pensar na perspectiva do que é mais urgente em 2015. A
117 **Professora Hildonice** parabeniza a apresentação e o esforço de chegar até esse momento. Entende
118 que precisam desse espaço para discussão do PDI. Informa que ao receber as planilhas, por não
119 acompanhar o processo anteriormente, teve dificuldade no entendimento e gostaria de dar algumas
120 contribuições. Solicita inserir o índice de satisfação do discente no objetivo 1: consolidar os cursos
121 ofertados. Acrescentar “necessidades especiais” no item 6 e alterar “pessoas com necessidades

122 especiais”, para “pessoas com deficiência”; No item 7: incluir programas, projetos, PPC, PPI e
123 publicações; No item 9: informar as ferramentas utilizadas para descrever as ações; No item 11:
124 apresentar a complementação de quais são as ações; No item 18: idem ao item anterior. Mostra-se
125 preocupada quanto as metas e pergunta de devem colocar as metas que não serão atingidas ou
126 aquelas que são possíveis de serem atendidas? O **Professor Alberto** explica que foi colocado
127 objetivo e indicador e cada indicador tem metas e foi informado conforme o Campus solicitou.
128 Esclarece que com exceção dos objetivos que é de responsabilidade da PRODIN, os demais dados
129 foram fornecidos pelos Campi e a PRODIN criou uma planilha totalizadora e só fez compilar. A
130 planilha foi criada em cima dos dados encaminhados pelos Campi, com exceção de três Campi que
131 não tinha encaminhado os dados até a consolidação da planilha. A **Professora Hildonice** ressalta
132 que percebe que alguns Campi não podem ofertar os cursos, a exemplo de Valença e Teixeira de
133 Freitas e que se preocupa com o PDI que é um documento da Instituição; ressalta que deseja que os
134 Campi encaminhem as planilhas para que ela possa analisar com calma, afinal são informações que
135 serão colocadas no documento Institucional. O **Professor Alberto** fala da importância de cada um
136 (Pró-Reitoria e Diretoria Sistêmica) se manifestar, caso entenda que os dados que os Campi
137 apresentaram são inexecutáveis. O **Professor Denilson** pergunta se os dados apresentados não são os
138 reais, pois alguns Campi deixaram de encaminhar a planilha e ressalta que mesmo que as
139 informações sejam revisadas é importante incluir os dados dos Campi Uruçuca, Senhor do Bonfim e
140 Catu, para se chegar mais próximo do real. O **Professor Aécio** diz que teve dificuldade no
141 preenchimento da planilha, principalmente, quanto a parte orçamentária e financeira e de
142 capacitação dos servidores e que não teve condições de preencher, pois não visualiza como
143 palpável. E informa que não teve condição de preencher e quem não preencheram, entende-se que
144 tem que acatar. O **Professor Denilson** chama atenção de que são metas Institucionais e precisa
145 informar correto. A **Senhora Kelly** informa que a proposta inicial é que fossem feitos fóruns
146 abertos, encontros para discutir, porém não foi possível pelo tempo e a planilha foi o meio mais
147 rápido para se chegar aos dados. E que a proposta é que o PDI seja constantemente revisado. A
148 **Professora Hildonice** informa que a PRODIN tem feito o impossível para fazer acontecer, mas
149 deixa claro que quando se preenche o documento Institucional, assume um compromisso com os
150 órgãos de controle e é preciso ter muito cuidado nas informações prestadas. O **Professor Delfran**
151 sinaliza que haverá um encontro com as outras Pró-Reitorias e propõe rever as planilhas e mostra-se
152 preocupado também, por não ter discutido com os Diretores e Pró-reitorias e ver a questão da
153 capacitação para os gestores. O **Professor Alberto** esclarece a importância das planilhas terem sido
154 analisadas em setembro, para poder sentar com todos (PROEN/PROPES E PROEX) e depois com a
155 PROPLAN para analisar a parte orçamentária, mas não houve condições de fazer dessa forma.

156 Informa que houve tempo suficiente para que os Campi dirimissem as suas dúvidas e que ao ligar
157 para os Campi a resposta era sempre que estavam fazendo e não havia dúvidas. O **Professor Aécio**
158 diz que tem alguns pontos das planilhas estão sendo retrabalho e que houve um trabalho de
159 diagnóstico. A **Senhora Kelly** diz que foi exatamente esse material que foi muito utilizado. O
160 **Senhor Silvio** parabeniza o trabalho apresentado. Durante a apresentação percebeu que estava
161 sempre presente, como integrante da engenharia, em cada tópico do Planejamento. Ressalta que o
162 produto é entregar para a sociedade alunos bem formados e para isso é preciso além de livros,
163 equipamentos e de infraestrutura. Ressalta que a infraestrutura é algo difícil e demorado de se
164 realizar e que no IF Baiano estão bastante descobertos neste aspecto. E obras são os holofotes dos
165 órgãos de controles e se o Instituto continuar realizando as obras do jeito que estão sendo feitas
166 estarão sempre sofrendo com os órgãos de controle, devido aos projetos mal contratados e obras
167 mal executadas. Não adianta ter professores contratados, livros, equipamentos e não ter estrutura
168 para atender as expectativas dos discentes e para se ter uma boa estrutura é necessário três a quatro
169 anos para realizar. Ressalta que desde o primeiro Colégio de Dirigentes vem abordando este
170 assunto. Solicita que a PRODIN coloque a infraestrutura como algo primordial. O **Professor**
171 **Alberto** explica que o produto final do Instituto formar bem os estudantes do Instituto e todas as
172 outras ações perpassam por vários aspectos e informa que a infraestrutura (de pessoas e físicas) é
173 algo que já está colocado como objetivo. Ressalta que existe uma planilha só de infraestrutura e que
174 a ideia é a partir disso a PROPLAN entrar com definições a respeito de orçamento, para atender
175 com o orçamento e a infraestrutura que possui, tanto do ponto de vista de recurso quanto do ponto
176 de vista logístico. O **Senhor Silvio** ressalta que poucos Campi estão com capacidade para atender
177 de forma satisfatória os estudantes que estão lá. Ressalva que infraestrutura não é algo que se
178 resolve da noite para o dia e enfatiza que o Instituto não tem infraestrutura para atender as
179 necessidades e infraestrutura é algo que precisa de planejamento. O **Senhor Virolli** diz que a
180 engenharia é PROPLAN e destaca que a Engenharia precisa se reestruturar; informa que tem como
181 planejar. O **Professor Alberto** informa que precisa cumprir o PDI e fazer minimamente uma
182 previsão. Não pode deixar de colocar o planejamento e, anualmente, revisá-lo. O **Professor Nelson**
183 informa que desde a primeira reunião teve muitos avanços, pois no início existia um PDI
184 ultrapassado e que hoje já existe um documento de referência e que haverá apenas mudanças
185 pontuais. Sugere uma metodologia: que a planilha seja acatada como está e que no ano que vem
186 tenha uma metodologia diferente e que todos possam preencher e discutir e as planilhas primeiro
187 com as coordenações, depois com os Pró-Reitores, em sequência discutido com PROPLAN e
188 finalmente na reunião do Colegiado para que seja avaliado. O **Professor Osvaldo** registra que
189 tiveram as mesmas dúvidas explanadas por todos e isso foi um dos motivos de ter havido a demora

190 na disponibilização das planilhas, além é claro da falta de pessoal, pois as mesmas pessoas estavam
191 envolvidas em outras tarefas e, ainda, a dificuldade no preenchimento pela falta de habilidade.
192 Reforça que é preciso que se tenham um treinamento e capacitação para trabalhar no Planejamento
193 Estratégico e nos Relatórios de Gestão. Informa que são diversos fatores que contribuem no
194 caminhar da Instituição e que esta não é uma dificuldade exclusiva dos IF baiano, pois na Rede
195 -TEC viu vários depoimentos de outros órgãos. Explica que o MEC também precisa colaborar, pois
196 faz diversas cobranças, entretanto, não contribui, a exemplo das dificuldades que foram apontadas
197 pelo diretor de Teixeira de Freitas pela falta de dominialidade. Informa que tanto o MEC como o
198 CONIF precisam contribuir para que a Instituição tenha condições de gerir. Registra que o PDI é
199 uma ferramenta importante e que todos os servidores precisam estar envolvidos nesse processo.
200 Enfatiza que os gestores não podem assumir sozinhos a carga de responsabilidade sem o apoio do
201 MEC e do CONIF. O **Professor Denilson** ressalta que o momento é bastante atípico, muito pouco
202 tempo para resolver uma grande quantidade de coisas e depois dessa fase, com certeza, haverá um
203 alinhamento. O **Professor Euro** solicita que seja feita uma revisão da planilha, tomando como base
204 as limitações de cada campus, para que se tenha um documento contundente para planejar melhor e
205 ressalta que com a estrutura que possui não haverá ingresso de alunos até que esse cenário seja
206 modificado. O **Professor Ariomar** parabeniza pelo trabalho e pelo empenho e de terem passado
207 pelos Campi explicando e contribuindo muito e relata que teve muita dificuldade pela inexperiência
208 dos servidores. Chama atenção para atrelar as ações, pois para que haja crescimento é preciso ter
209 infraestrutura. Informa que o Campus Bom Jesus da Lapa é o mais novo e já tem limitações de sala
210 de aulas para o crescimento. Ressalta que é preciso fortalecer a infraestrutura. O **Professor Alberto**
211 ressalta que a visitação nos Campi não foi um sacrifício e sim bastante prazeroso e que por falta de
212 tempo foi necessário dividir a equipe e não pode visitar todos. Ressalta que é preciso adotar o
213 Planejamento Estratégico como estratégia de gestão; Diz que todos os problemas estão ligados a
214 falta de planejamento, inclusive a ausência de um Plano Diretor que influi nas questões de
215 infraestrutura e o IF Baiano não tem uma cultura de planejamento a longo prazo; Menciona que o
216 PDI é o documento norteador do Instituto e que deseja apresentar a prévia do PDI na reunião do dia
217 28/11. O **Professor Denilson** informa que pode ser no dia anterior ou no mesmo dia da reunião e
218 assim que o Professor Geovane definir a pauta e informará a data. **Centro de Idiomas do IF**
219 **Baiano:** O **Professor Alberto** explica que como recomendação do CONIF e política do MEC
220 deverá partir para a internacionalização. Será criado um núcleo de internacionalização de
221 responsabilidade da PRODIN. Foi realizada uma Minuta da Proposta de Internacionalização que
222 embora não tenha havido tempo para discutir, foi encaminhado a alguns Diretores e Pró-Reitorias
223 para contribuição. Ressalta que é apenas uma normativa para criação do Centro de Idiomas e que

224 alguns Institutos já fazer esse trabalho, a exemplo do IF Pará. Diz que ajudará a resolver os
225 problemas da ciência sem fronteiras e também ofertará o curso de português para estrangeiros, na
226 modalidade presencial e à distância. Explica que em visita ao Canadá observou que eles estavam
227 propensos a fechar convênio, porém queriam uma contrapartida, oferta do idioma da língua
228 portuguesa. Outros objetivos são ofertar uma língua estrangeira ao servidor, o curso de
229 aprimoramento na língua portuguesa, cursos de libras, desenvolver pesquisas aplicadas ao ensino-
230 aprendizagem, aplicar testes de proficiência, dentre outros objetivos. Solicita a contribuição de
231 todos e da PROEN, principalmente na parte de metodologia, princípios pedagógicos, pois a parte da
232 PRODIN está atrelada à construção do documento regulador. Informa que será encaminhado a
233 minuta para o colegiado, para que sejam realizadas as contribuições. Ressalta que o documento é de
234 institucionalização, mas cada Campus pode estabelecer o seu objetivo de acordo às suas
235 necessidades. Diz que a meta é criar o Centro de Idiomas. Destaca a portaria do MEC sobre criação
236 do Idioma sem fronteiras, na qual as pessoas receberão bolsas para frequentar os cursos. Alerta para
237 a criação do organograma do Instituto e pretende iniciar os trabalhos após a finalização do PDI.
238 Solicita que a PROEN / PROEX / PROPES e as Diretorias de Ensino discutam o documento entre
239 si, objetivando contribuir na construção. O **Professor Nelson** diz que já vem discutindo o assunto
240 há algum tempo. Entretanto, a sua única preocupação é em relação ao Centro de Idiomas é a
241 questão da infraestrutura e do orçamento, nesta vertente é preciso assegurar a sua implantação.
242 Sugere que a implantação seja de forma gradativa e por Campus, principalmente, para verificar se a
243 implantação dará certo. O **Professor Alberto** informa que o documento já prevê que para a
244 implantação do Centro de Idiomas cada Campus que ter estrutura física e orçamento para sustentar
245 a implantação. E a proposta é exatamente implantar aos poucos no sentido de verificar o andamento
246 da implantação e quais os seus impactos para a partir disso dar continuidade a implantação em
247 outros Campi. A **Professora Hildonice** propõe montar uma comissão para que os professores de
248 línguas possam avaliar o documento, a PROEN acompanhará, mas não será responsável pois não
249 tem condições de realizar as atividades, devido ao quantitativo de pessoal e atividades que já
250 existem na PROEN. Ressalva o quantitativo apresentado na planilha 1.100 vagas e pede que os
251 Campi revejam as informações e estruturas. Destaca que é preciso verificar quais professores
252 poderão participar / ensinar no Centro de idiomas. O **Professor Alberto** informa que não se pode
253 confundir o PDI e o Centro de Idiomas. Cada Campus fará o seu Regimento Interno, informará
254 quais os cursos que serão ofertados e criará os Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPC. A
255 responsabilidade de criação do Centro é da PRODIN / Núcleo de Relações Internacionais. Mas após
256 a criação do organograma a intenção é passar para o Gabinete, junto ao Núcleo de Relações
257 Internacionais. A **Professora Manoela** acredita que se pensar no quantitativo de vagas ofertadas

258 1.100, pois se considerar que são 10 Campi, seria 110 vagas por campus e acha prematuro criticar o
259 quantitativo. O **Senhor Sílvio sinaliza** que o Campus Serrinha tem condições físicas de atender as
260 exigências e pode se contemplar o Centro na inauguração do Campus. O **Professor Alberto** informa
261 que vai encaminhar a planilha para o Senhor Sílvio alimentar. O **Professor Aécio** se mostra
262 preocupado quanto a fala do Professor Alberto sobre as exigências impostas pelo MEC para que não
263 repercuta da mesma forma que a construção dos Campi, ou seja, de forma desordenada. Deve-se
264 atender as exigências com qualidade e “pés no chão”. Relata que diante de tantas atividades
265 emergenciais que já existem não consegue visualizar mais esta atividade para atender como o MEC
266 deseja. O **Professor Alberto** entende a preocupação e como a intenção para o Centro de Idiomas é
267 um projeto-piloto, só deve entrar quem tiver capacidade física para atender. Entretanto registra que
268 vai ser necessário implantar na matriz curricular. A **Professora Hildonice** fala que é preciso ficar
269 atentos as metas para que no final não se tenha índices negativos. O **Professor Roberto** informa
270 que já pensava no Núcleo de Apoio as Relações Internacionais e que propôs isso desde a primeira
271 reunião do Colegiado, pensando em atender as questões relacionadas ao intercâmbio dos estudantes.
272 Relata que ele foi contemplado com uma viagem para os Estados Unidos, com duração de 06
273 meses, com despesas pagas pelo Governo Federal que no seu retorno, desenvolveu um projeto e
274 apresentou para o MEC. Registra que o Campus Guanambi tem interesse de ter o Centro de Idiomas
275 e tem como atender as exigências conforme o documento. **Normatização de Mobilidade**
276 **Acadêmica Internacional** informa que era proposta para a pauta antes de não ter sido aprovada e
277 hoje já tem a Resolução. Fala da Portaria MEC 973/2014, sobre o Programa Idiomas sem Fronteiras
278 e recomenda que todos leiam. A normatização era uma situação urgente e que tinha a necessidade de
279 ser resolvida, principalmente por que o IF Baiano tinha estudantes no exterior sem normatização e
280 sem matrícula que inclusive já estão retornando. Recentemente, foi lançado o novo edital do
281 Programa Ciência sem Fronteiras e solicita que os Campi fiquem atentos para atender ao Programa,
282 conforme a normativa. **Fundação de Apoio de Pesquisa e Extensão do IF Baiano: O Professor**
283 **Alberto** explica que em julho tiveram em Sergipe para uma reunião com a Petrobras para discutir o
284 convênio que está encerrando e a Petrobras mostrou interesse em renovar, porém o IF Sergipe
285 informou que não tem como atender mais o IF Baiano. Diante disso, a Petrobras solicitou que
286 buscasse uma nova fundação ou que o IF Baiano criasse sua própria fundação. Foi realizado um
287 estudo para a criação e foi montado uma Minuta, entretanto o Professor Geovane pediu que adiasse
288 um pouco pela dificuldade que estão tendo para criar uma fundação. Surgiu uma nova proposta que
289 foi o edital da EMBRAPPII - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial para a formação
290 de seis núcleos de pesquisa e excelência e uma das exigências é o IF Baiano ter a própria fundação
291 para a gestão dos recursos. Registra que já existe uma Minuta de documento para a criação da

292 Fundação; informa que buscou diversos estatutos de instituições que já tem fundações e bem-
293 sucedidas, de acordo as normas da CNPQ. Destaca que é preciso ter estrutura física e administrativa
294 para a criação da fundação, inclusive deve ser administrado por servidores sem remuneração.
295 Registra que o MEC fez uma nova regulamentação sobre fundação devido a EMBRAPPII. Informa
296 que elaborou a minuta da fundação do IF Baiano que será disponibilizada para que o Colegiado
297 possa contribuir com o documento. **Diretoria de Gestão de Pessoas: Auxílio-transporte: A**
298 **Senhora Rosilene** explica que solicitou incluir na pauta alguns assuntos são sempre polêmicos;
299 informa que não houve nenhuma mudança nos procedimentos, mas era necessário atualizá-los, pois
300 são sempre temas de dúvidas recorrentes por parte dos servidores. Sobre o auxílio-transporte que é
301 um assunto complexo no âmbito do IF Baiano, que inclusive já foi motivo de PAD's ensejando
302 penalidades aos servidores; alvo de auditorias, inclusive a última que teve cobrou à DGP o plano de
303 providências de 2010/2011 e foi informado que seriam tomadas providências, mas no mês passado
304 foi recebido um documento da auditoria dizendo que não atendia e que era necessário comprovar as
305 medidas adotadas. Então, foi emitido o Memorando Circular nº 11, de 28/10, mas divulgado no dia
306 03/11, no qual buscou-se sistematizar todas as legislações e os procedimentos que tratam de auxílio-
307 transporte que basicamente não traz maiores alterações. Foi incluída uma orientação sobre a
308 necessidade de comprovar o uso de transporte eventual e em dias intercalados, o que gerou uma
309 polêmica no e-mail institucional. Foi feita uma consulta à Procuradora e de fato não vai ser possível
310 fazer a exigência da comprovação, então, será feita a retificação necessária do documento, em
311 relação a este item. O uso do transporte particular e do transporte intercalado e de fim de semana já
312 estão sendo praticados sem problemas. Esclarece que a intenção foi regulamentar, criar
313 procedimentos, orientar, atualizar e levar a informação ao servidor, principalmente porque não havia
314 instrução que tratasse do assunto, então foi formulado um novo requerimento e solicita que os
315 servidores atualizem os seus endereços que pode ser realizado pelo próprio servidor no sistema.
316 Pede que os pedidos de auxílios transportes anteriores a março sejam reencaminhados, conforme o
317 novo requerimento. Para a atualização não é preciso comprovação. O **Professor Harley** diz que viu
318 no documento o limite de 200 km, entretanto o Campus Valença tem uma particularidade, o
319 servidor que mora em Salvador pode ir por fora que corresponde a 280 km e pelo ferryboat que
320 corresponde a 100 km e pergunta como será contado para o servidor que o servidor utilizar parte
321 rodoviária e hidroviária. A **Senhora Rosilene** explica que o limite foi estabelecido pela TCU (200
322 km), para o percurso diário. Diz que pode submeter para análise jurídica para verificar a
323 possibilidade do atendimento. Haverá um controle de tempo e distância e se efetivamente o servidor
324 consegue chegar no horário ao serviço. A **Professora Manoela** registra que a questão do auxílio-
325 transporte vai ser resolvida assim que colocar em prática a Regulamentação da Atividade Docente,

326 pois é através do relatório que vai mostrar quais dias o servidor está efetivamente no Campus. O
327 **Professor Marcelito** informa sobre a situação de Teixeira de Freitas que a distância entre as
328 residências e o Campus gira em torno de 10 km e tem servidores que usam o transporte para chegar
329 ao campus, ir almoçar, retornar do almoço e retornar para residência, em torno de 40 km e pergunta
330 como será tratada essa situação. A **Senhora Rosilene** explica a questão dos 200 km é para quem usa
331 o transporte coletivo diário e ou do município que para que usa o transporte particular ou outros
332 meios que não o coletivo, o parâmetro é o valor do transporte coletivo praticado na cidade. O
333 transporte no horário de almoço não é contemplado. Não existindo transporte coletivo, o parâmetro
334 será moto táxi, limitado ao valor de R\$ 2,80 (limite da capital), conforme Parecer Jurídico, sendo
335 necessária a sua comprovação. A **Professora Hildonice** faz o comunicado de que o MEC aceitou o
336 arquivamento do PPI, mas deu o prazo de 30 dias para responder algumas questões, conforme
337 leitura realizada. O **Professor Nelson** fala que foi discutido sobre a folha de frequência dos
338 professores, normatização, etc e diz que numa determinada situação ele sabe que o professor está
339 efetivamente no Campus três dias e em um dos seus despachos pediu que o mesmo confirmasse os
340 dias que ele tem custo com o deslocamento residência/trabalho e vice-versa e ele confirmou 05 dias,
341 pede uma orientação quanto ao procedimento que deve ser adotado em casos como esse, pois não
342 pode abordar o servidor para fornecer a informação certa. A **Senhora Rosilene** informa que na
343 análise do pedido de auxílio-transporte o servidor pode dizer qual a periodicidade de utilizar o
344 transporte, que pode ser final de semana ou intercalado, o que não desobriga o cumprimento da
345 jornada de trabalho de 40 horas no Campus e com isso o servidor não está dizendo que só vai
346 trabalhar a quantidade de horas do pedido de indenização. Informa que existem os instrumentos
347 legais e institucionais que são: folha de frequência, formulário de requisição, PIT e RIT, com base
348 nisso a chefia imediata e o diretor podem se nortear. Esclarece que se o servidor pede auxílio para
349 três dias não quer dizer que ele só trabalha três dias. Explica que é preciso atrelar a frequência e
350 outros documentos que balizam a ausência do servidor da sala de aula. A **Professora Hildonice**
351 explica que de acordo com a Normatização de Atividade Docente, o PIT e o RIT o professor vai
352 comprovar as atividades executadas dentro e fora do Campus, cumprindo a sua jornada de trabalho;
353 o professor deverá receber o seu auxílio nos dias que ele se deslocar para o Campus e nos dias que
354 isso não ocorrer ele deve comprovar, através dos documentos (RIT e PIT), as atividades que ele está
355 realizando e é para isso que serve a Normatização da Atividade Docente - NAD. A **Senhora**
356 **Rosilene** esclarece não é um questionamento a respeito da NAD, mas é preciso amarrar essa
357 questão à Normatização. A **Professora Hildonice** diz que é preciso que o docente faça o máximo e
358 o mínimo de aulas a serem dadas; apresentar os documentos comprobatórios daquilo que o docente
359 informou no PIT e no RIT e a partir disso, promover as alterações / implementações necessárias na

360 Normatização. A **Senhora Rosilene** frisa que o que não está previsto na lei não pode ser criado.
361 Com relação ao que tem hoje de legislação, existem situações pontuais de determinadas atividades
362 que podem ser desenvolvidas fora da unidade, através do boletim de serviço e faz a leitura do
363 documento e os grupos de trabalhos podem trabalhar nesses documentos. É preciso ficar claro se
364 esse Boletim de Serviço é eventual ou poderá ser utilizado sempre, cabendo uma consulta ao
365 MPOG. O **Professor Nelson** diz que entende que o servidor, independente do lugar onde está
366 trabalhando, ele está em serviço, nesses casos caberia o auxílio? Se o servidor está em pesquisa fora
367 do Campus ele faria jus ao auxílio? A **Senhora Rosilene** prestou esclarecimentos ao Professor
368 Nelson relativos ao pedido de auxílio-transporte para atividades fora do ambiente de trabalho do
369 servidor e diz que o servidor precisa fazer a opção. A **Professora Hildonice** informa a existência de
370 recebimento de auxílio por valor fixo, sendo manifestado desconhecimento pela Senhora Rosilene e
371 solicitado os documentos que regulamentam a extensão do benefício aos servidores. **Perícia**
372 **Médica:** pela Senhora Hildete, Coordenadora da Atenção a Saúde e Qualidade e a Doutora
373 Valdiana, Médica Perita. A **Senhora Hildete** inicia destacando a diferença entre os procedimentos
374 da CLT e da Lei 8112/90 quanto ao tema abordado, procedendo a apresentação de slides sobre o
375 Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS procedendo esclarecimentos.
376 Informa que o IF Baiano é uma unidade partícipe do SIASS, gerido pela UFBA, mas ainda em
377 implantação do sistema. Informa da impossibilidade de servidores do IF Baiano realizarem suas
378 perícias no INSS, exceto quando o Instituto se encontra na condição de unidade do SIASS. Informa
379 que os médicos dos Campi não são cadastrados como médicos do SIASS, o que impede de
380 realizarem as perícias nos locais; informa que a perícia pode ocorrer nos Campi, mas de forma não
381 frequente e com portaria publicada pelo Reitoria; alguns INSS são habilitados para fazerem
382 perícias; servidores ou pessoa da família não possui condições físicas de vir a Salvador, precisa ser
383 comprovado através de relatório emitido pelo médico que está acompanhando; informa a
384 impossibilidade dos médicos estarem presentes nos Campi; servidor ou pessoa da família está
385 acamado, comprovando o médico será deslocado para realizar a perícia; diárias para servidor
386 afastado e pessoa da família: não há previsão legal; quanto ao pagamento de passagem, o
387 Procurador, na época, colocou como ressarcir por não ter perito no Campus. O **Professor Aécio**
388 questiona quanto aos servidores que retornaram do afastamento, sendo esclarecido pela Senhora
389 Hildete que não há previsão de pagamento de diária e transporte, convocação para perícia não é
390 considerado serviço. Informa sobre o parecer do Procurador, Dr. Osvaldo, que possibilita o
391 pagamento de transporte e no seu entendimento compreende que se deveria buscar ou mesmo
392 manter a forma atual. O **Professor Ariomar** questiona o amparo legal do parecer em caso de
393 questionamento de Órgãos de Controle e pergunta de quem será a responsabilidade. A **Senhora**

394 **Hildete** informa da impossibilidade de responder ao questionamento e cita o caso de um servidor
395 que ingressou na justiça e teve ganho de causa quanto ao pleito de pagamento de despesas. O
396 **Professor Ariomar** reforça a pergunta sobre quem se responsabilizará e a **Senhora Rosilene**
397 ratifica a fala de Hildete e destaca que a permissão do pagamento é só transporte e não para diária.
398 A **Professora Hildonice** questiona o que é preciso para se tornar unidade gestora que possibilite a
399 realização de perícias. A **Senhora Hildete** esclarece que a duração das perícias não tem a duração
400 mencionada pela Professora Hildonice sendo otimizado o tempo; informa que já foram tomadas as
401 providências para a consecução do pleito e está no aguardo do governo. A **Senhora Rosilene**
402 esclarece do grande rol de exigências para implantação e que atualmente o Instituto tem melhores
403 condições para a concretização da prestação do serviço. O **Professor Aécio** propõe a realização das
404 perícias nos Campi com a concentração dos casos existentes. A **Senhora Hildete** ressalta a carga
405 horária dos médicos e não vê uma forma de resolver o problema nos moldes apresentado pelo
406 Professor Aécio. O **Professor Aécio** informa que continuará encaminhando o servidor para
407 realização das perícias com o transporte da unidade. A **Doutora Valdiana** informa que existem
408 situações agudas que necessitam ser avaliadas o mais rápido possível e dificulta a constatação
409 depois de muito tempo. Informa a condensação de perícias com a presença do médico no Campus,
410 quando são patologias crônicas e podem esperar, mas não vê como fazer disso uma regra. A
411 **Senhora Hildete** informa que qualquer servidor pode requerer sua perícia em uma unidade mais
412 próxima que esteja cadastrada no SIASS e já implantada. Em relação à insatisfação com o resultado
413 da perícia o servidor deve entrar com o pedido de reconsideração com o resultado e será periciado
414 pela mesma equipe e em segunda instância há o recurso que é encaminhado por outra unidade
415 competente para a realização da perícia. A **Senhora Rosilene** solicita o apoio do Colegiado quanto
416 ao retorno do formulário de requisição de capacitação para que seja feito um acompanhamento pela
417 DGP. Informa a existência de formulário de necessidade de capacitação que foi disponibilizado e
418 também solicita apoio. **Insalubridade e periculosidade:** O **Senhor Robson Dias**, Engenheiro de
419 Segurança, explana sobre os adicionais ocupacionais abordando conceitos, normativas,
420 metodologias para a concessão dos direitos ao benefício, riscos que geram ou não geram a
421 percepção dos adicionais, critérios para a caracterização das situações que possibilitam. O **Senhor**
422 **Ariomar** questiona os servidores que trabalham em almoxarifado, sendo esclarecido da
423 impossibilidade pelo fato do mesmo não manusear diariamente e constantemente o produto. O
424 **Senhor Robson** cita também o caso dos servidores que trabalham nas bibliotecas que também não
425 têm direito; Informa que não gera direito ao recebimento de adicional ocupacional em função de
426 riscos ambientais causados por outro estabelecimento e não pelo IF Baiano. A **Senhora Rosilene**
427 informa que o sistema suspende, automaticamente, o pagamento do adicional em casos de

428 afastamentos e a regularização deverá ocorrer mediante nova solicitação do servidor. A **Professora**
429 **Hildonice** destaca o fato de servidores não utilizarem os equipamentos de proteção individual,
430 propondo a realização de campanha de conscientização para uso destes equipamentos. A **Senhora**
431 **Hildete** esclarece o porquê de alguns servidores que desenvolvem as mesmas atividades, nos
432 mesmos ambientes nas unidades não receberem o adicional, informando que se devem aos fatores
433 de risco, ambiente e outros aspectos peculiares a cada local. O **Professor Marcelito** questiona quem
434 concede o adicional, sendo esclarecido pelo **Senhor Robson** que o embasamento para concessão é
435 do laudo emitido pelo engenheiro e das informações prestadas pelo servidor “*endossado*” pela
436 chefia imediata, ressaltando que às vezes são solicitados dados adicionais, para melhor
437 embasamento do pedido. Informa elaboração de termo de referência para padronizar a concessão de
438 adicionais. O Professor Euro informa que desde 2012, por falta de equipamentos para realizar a
439 medição dos agentes químicos, a servidora está sem receber o adicional e pergunta o que está sendo
440 feito e o **Senhor Robson** diz que já está finalizando o Termo de Referência, já solicitou a cotação,
441 para poder realizar o pregão de contratação da empresa que fará a coleta dessa medição. Explica
442 que o pagamento do adicional será a partir do laudo. O **Professor Osvaldo** questiona se a exposição
443 eventual não faria com que o servidor tivesse direito, uma vez que poderia haver contaminação em
444 qualquer tempo e não necessariamente com a permanente exposição. O **Senhor Robson** esclarece
445 que se baseia na normativa legal (ON nº 06) para emitir os laudos que não prevê a aplicação para
446 este tipo de situação, definindo o tempo de exposição de cinquenta por cento da sua jornada de
447 trabalho e que seja uma atividade desenvolvida habitualmente ou permanente pelo servidor. Sobre
448 **Remoção Interna**, a **Senhora Rosilene** presta informações dizendo que o processo já foi finalizado
449 e o gabinete vai autorizar as nomeações e assim os candidatos forem tomando posse as remoções
450 serão iniciadas. Quanto às vagas que não foram preenchidas serão chamados aqueles do concurso,
451 com aproveitamento de candidatos aprovados e que estão aguardando resposta da UFBA e UFRB.
452 Quanto aos processos de redistribuição diz que já podem sinalizar. Sobre a prorrogação do concurso
453 já foi autorizado. Explica que o levantamento das áreas, para os docentes, está sendo realizado pela
454 comissão. O **Senhor Márcio Silva**, membro da Comissão do processo de remoção, explica como se
455 deu o processo; fala da composição da comissão; informa que tomaram como base a Resolução nº
456 07 e houve a necessidade de reestruturação desta Resolução; após consulta do barema à comunidade
457 o edital foi elaborado, publicado no dia 15/10; houve quatro recursos, sendo três indeferidos e um
458 deferido; das sessenta e sete vagas disponibilizadas para Técnicos Administrativos, apenas 10 foram
459 preenchidas e o resultado foi publicado no dia 12/11. O **Professor Harley** pergunta se haverá uma
460 nova reabertura do edital para técnico? O **Senhor Márcio** diz que foi fechado o ciclo e as cinquenta
461 e sete vagas que sobraram serão preenchidas por concurso, conforme esclarecido pela Senhora

462 Rosilene. O **Professor Aécio** pergunta se fechado o primeiro ciclo, novas oportunidades serão dadas
463 para preencher as vagas que restaram ou será preenchido somente pelo concurso? O **Senhor Saulo**
464 informa que é preciso estabelecer um prazo para fechar o ciclo, senão não fecha o processo e a
465 questão crucial neste momento foi o tempo, sem contar que está próximo da realização do concurso.
466 Não tinha como fazer um sistema melhor, devido ao tempo que tiveram para elaborar. O **Professor**
467 **Denilson** presta esclarecimento ao Professor Ariomar sobre o Reconhecimento de Saberes e
468 Conhecimentos – RSC e diz que está aguardando uma análise dos trabalhos finais da Comissão para
469 aprovação *ad referendum* do processo. O **Professor Marcelito** explica que a arte (plotagem) do
470 ônibus já tinha sido realizada pela empresa e o **Professor Denilson** esclarece que estas situações
471 serão analisadas e resolvidas. **O que ocorrer:** Nada mais havendo a registrar, o **Professor Denilson**
472 declarou por encerrada a reunião e solicitou que fosse lavrada a presente ata que, após lida e
473 aprovada, será assinada por, Ana Paula Marques de Figueredo, Leila de Souza Lima e Márcio Luís
474 Bastos da Silva e pelos membros do Colégio de Dirigentes. Salvador, 19 de novembro de 2014.

Participantes:

Denilson Santana Sodr  dos Santos _____

Aécio José Araújo Passos Duarte _____

Ariomar Rodrigues dos Santos _____

Delfran Batista dos Santos _____

Diego Aquino Nogueira _____

Euro Oliveira de Araújo _____

Francisco Harley de Oliveira Mendonça _____

Hildonice de Sousa Batista _____

Itamar Ant nio Cardoso Costa Júnior _____

José Virolli Chaves _____

José Alberto Alves de Souza _____

Kelly Cristina Brito de Jesus _____

Lizziane da Silva Argolo _____

Manoela Falcon Silveira _____

Marcelito Trindade Almeida _____

Nelson Vieira da Silva Filho

Osvaldo Santos de Brito

Rita Vieira Garcia

Roberto Carlos Santana Lima

Rosilene Alves da Silva

Saulo Leal dos Santos

Sílvio Pereira Góis

Ana Paula Marques de Figueredo

Leila de Souza Lima

Márcio Luís Bastos da Silva
